

Bibliotecas como catalisadoras da ação climática global: o papel da Biblioteconomia no contexto da COP30

Hamilton Rodrigues Tabosa
hrtabosa@gmail.com

Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos
nonatobiblio@gmail.com

Recebido em: 22/12/25
Aceito em: 19/03/26

Resumo

As bibliotecas constituem agentes essenciais no enfrentamento da crise climática contemporânea, operando simultaneamente como educadores críticos, catalisadores da governança climática e centros de resiliência comunitária. Este artigo analisa o papel estratégico da Biblioteconomia e das instituições bibliotecárias na facilitação da literacia climática, na operacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente o ODS 13 (Ação contra a Mudança do Clima), e na promoção da ação climática em contextos regionais vulneráveis, com particular destaque à Amazônia no cenário da COP30 em Belém-PA (2025). Por meio de revisão narrativa da literatura publicada entre 2020 e 2025, o estudo evidencia que as bibliotecas transcendem seu papel tradicional de depositárias de informação, assumindo responsabilidades fundamentais no combate à desinformação climática, na integração entre conhecimento científico e saberes tradicionais, e na construção de infraestruturas comunitárias resilientes. Conclui-se que a invisibilidade institucional das bibliotecas em políticas públicas constitui uma lacuna crítica que compromete o potencial transformador dessas instituições frente à urgência climática.

Palavras-chave: Biblioteconomia; literacia climática; bibliotecas verdes; desinformação; COP30.

Libraries as catalysts for global climate action: the role of Librarianship in the context of COP30

Abstract

Libraries are essential agents in addressing the contemporary climate crisis, operating simultaneously as critical educators, catalysts of climate governance, and centers of community resilience. This article analyzes the strategic role of Library and Information Science and library institutions in facilitating climate literacy, operationalizing the Sustainable Development Goals (SDGs)—particularly SDG 13 (Climate Action)—and promoting climate action in vulnerable regional contexts, with particular emphasis on the Amazon in the context of COP30 in Belém-PA-Brazil (2025). Through a narrative review of literature published between 2020 and 2025, the study demonstrates that libraries transcend their traditional role as repositories of information, assuming fundamental responsibilities in combating climate

disinformation, integrating scientific knowledge with traditional knowledge systems, and strengthening resilient community infrastructures. The study concludes that the institutional invisibility of libraries within public policy frameworks constitutes a critical gap that undermines their transformative potential in the face of escalating climate urgency.

Keywords: Library and Information Science; climate literacy; green libraries; disinformation; COP30.

1 INTRODUÇÃO

Diante de um planeta que experimenta simultaneamente aceleração tecnológica, crise ambiental e profundas desigualdades sociais, tornou-se impossível dissociar informação, cidadania e sobrevivência coletiva. As mudanças climáticas já não são apenas objeto de debate científico ou diplomático: elas atravessam a vida cotidiana, moldam vulnerabilidades e redefinem as responsabilidades de instituições que lidam com produção, mediação e circulação do conhecimento. É nesse cenário de transição civilizatória que as bibliotecas se revelam como infraestruturas críticas para o enfrentamento da emergência climática, por sua capacidade singular de articular ciência, cultura, memória e participação social. Compreender esse papel ampliado é essencial para reposicionar a Biblioteconomia no centro das discussões ambientais contemporâneas, sobretudo às vésperas da COP30, quando o Brasil e, particularmente, a Amazônia tornam-se palco privilegiado para refletir sobre o futuro comum que desejamos construir.

A emergência climática representa o desafio mais urgente do século XXI, exigindo respostas coordenadas fundamentadas em evidências científicas robustas (Moraes, 2024). Os sucessivos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), particularmente o Relatório de Síntese de 2023, consolidam um consenso científico inegociável: o aquecimento global é real, antropogênico e requer ação imediata e transformadora (IPCC, 2023). Nesse cenário de urgência, a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) em Belém, Brasil, em novembro de 2025, inscreve o país e a Amazônia no epicentro do debate climático global. Contudo, a conferência espelha tensões estruturais: entre o discurso de sustentabilidade e as práticas regionais que perpetuam exploração latifundiária e megamineração, entre a necessidade de ação climática e os interesses econômicos estabelecidos (Ávila, 2025).

Nesse contexto, emergem questões fundamentais sobre os atores institucionais capazes de catalisar transformações: como reduzir a lacuna entre conhecimento científico, decisão política e mobilização social? Qual o papel de instituições centradas em informação e conhecimento nesse processo? A resposta aponta para a Biblioteconomia e as instituições bibliotecárias como agentes fundamentais, porém frequentemente negligenciados.

A tese central deste artigo é que a biblioteca não é meramente um repositório passivo de informação, mas um agente ativo e transformador capaz de catalisar a ação climática em múltiplos níveis. A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) reconhece que o acesso à informação constitui uma meta transversal que sustenta a implementação de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (IFLA, 2024). As bibliotecas funcionam como centros de educação, espaços de conscientização pública e intermediárias críticas entre produção científica e ação comunitária, cumprindo papel determinante na operacionalização de compromissos climáticos.

Assim, o objetivo deste artigo é examinar o papel multifacetado da Biblioteconomia e das bibliotecas na promoção da literacia climática, na facilitação da ação climática e na construção de resiliência comunitária, considerando contribuições documentadas para a Agenda 2030, a sustentabilidade operacional das instituições e o contexto específico da Amazônia, em alusão à COP30. A argumentação apoia-se em literatura contemporânea (2020-

2025), documentos institucionais de organismos internacionais e iniciativas exemplares que demonstram o potencial transformador do setor.

Além desta Introdução, a seção 2 apresenta a metodologia de pesquisa empregada. A seção 3 estrutura a revisão de literatura em quatro eixos temáticos articulados: a biblioteca como pilar da literacia climática e combate à desinformação; suas contribuições para a governança climática global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); o paradigma emergente das Bibliotecas Verdes e sustentabilidade operacional; e o posicionamento regional estratégico das bibliotecas na Amazônia. A seção 4 sintetiza os achados, apresenta recomendações práticas e identifica lacunas prioritárias para futuro aprofundamento.

2 METODOLOGIA

Este estudo adota a abordagem de Revisão Narrativa de Literatura, metodologia particularmente apropriada para exploração e síntese de temas amplos e multidisciplinares. A revisão narrativa possibilita a integração de perspectivas diversas sobre fenômenos complexos, permitindo que novos conceitos e contribuições emergentes sejam compreendidos em sua totalidade, sem a rigidez das revisões sistemáticas (Rother, 2007; Camargo *et al.*, 2023). Neste caso específico, adequa-se perfeitamente ao propósito de examinar o papel, ainda em consolidação, da Biblioteconomia frente aos desafios climáticos contemporâneos, contexto no qual literatura é heterogênea e dispersa entre disciplinas distintas (Biblioteconomia, Ciência da Informação, Sustentabilidade, Política Climática).

Para alcançar esse objetivo, seguimos as etapas de uma revisão narrativa de literatura: 1) definição das temáticas de interesse; 2) busca na literatura especializada; 3) seleção, leitura e análise dos artigos identificados; 4) extração e síntese dos dados; e 5) análise crítica e elaboração da revisão (Goulart *et al.*, 2024).

O recorte cronológico do levantamento bibliográfico privilegia literatura publicada entre 2020 e 2025, escolha deliberada que não é meramente temporal, mas epistemológica. Esse período marca a transição pós-Acordo de Paris (2015), momento em que a urgência climática se consolidou como prioridade internacional inegociável. Simultaneamente, é o intervalo em que as bibliotecas começaram a ser reconhecidas explicitamente como agentes de sustentabilidade e ação climática, particularmente com a consolidação do movimento de "bibliotecas verdes" e a emergência de documentos estratégicos institucionais da IFLA (2023-2025) que reposicionam radicalmente essas instituições no imaginário acadêmico e político. Diante disso, julgamos que incluir literatura anterior a 2020 diluiria o foco em discussões que ainda não integravam plenamente as agendas climática e de sustentabilidade.

A estratégia de busca utilizou combinações de termos-chave em português (Biblioteconomia, bibliotecas, ação climática, mudanças climáticas, sustentabilidade, ODS 13, literacia climática, literacia ambiental, bibliotecas verdes, desinformação climática) e seus equivalentes em inglês. As palavras-chave foram combinadas para maximizar a recuperação de literatura relevante enquanto minimizava ruído, um processo que revelou como o discurso sobre a relação entre bibliotecas e estudos climáticos ainda é fragmentado, frequentemente disperso em textos sobre desenvolvimento sustentável, acesso à informação, educação ambiental e governança climática, raramente sob descritor único.

As fontes consultadas foram intencionalmente diversificadas, reconhecendo que conhecimento relevante não se concentra exclusivamente em bases de dados acadêmicas convencionais. Utilizaram-se, portanto, três estratos de fontes: primeiramente, as bases de dados acadêmicas Scielo e Scopus, repositórios digitais e o buscador Google Acadêmico; em segundo lugar, literatura cinzenta (relatórios, declarações, manuais, estudos de caso) de organismos internacionais e nacionais; e, em terceiro lugar, documentos estratégicos de instituições centrais, como a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), a Organização das Nações Unidas (ONU), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas

da Informação e Instituições (FEBAB), que definem marcos conceituais e políticos para a área. A partir da leitura técnica dos títulos, resumos e palavras-chave, procedeu-se à leitura da totalidade do texto dos documentos considerados mais relevantes, dentro do nosso objetivo de examinar o papel das bibliotecas na ação climática global.

A análise dos documentos permitiu identificar quatro tendências e categorias-chave dentro do escopo do nosso tema: a) a biblioteca como pilar da literacia climática e combate à desinformação; b) atuação das bibliotecas para governança climática global e a Agenda 2030; c) sustentabilidade e o paradigma emergente das bibliotecas verdes; e d) bibliotecas na Amazônia e o contexto da COP30. As seções subsequentes, elaboradas a partir da revisão narrativa de literatura, apresentarão os estudos analisados. O objetivo é explorar os conceitos e teorias da literatura de forma a aprofundar a compreensão de suas nuances e inter-relações, servindo como base para futuras pesquisas.

3 BIBLIOTECAS, SUSTENTABILIDADE E AÇÃO CLIMÁTICA: PILARES PARA UMA TRANSFORMAÇÃO NECESSÁRIA

3.1 A BIBLIOTECA COMO PILAR DA LITERACIA CLIMÁTICA E COMBATE À DESINFORMAÇÃO

A literacia climática emerge como vetor essencial na contenção da crise climática, particularmente em contexto de disseminação massiva de desinformação e narrativas negacionistas, conforme argumenta Moraes (2024), que conceitua literacia climática como a capacidade de compreender fenômenos climáticos complexos, avaliar criticamente informações sobre mudanças climáticas e atuar de forma informada e responsável frente aos desafios ambientais. Nesse cenário desafiador, o bibliotecário assume papel de facilitador crítico, intermediando o acesso a fontes científicas robustas e desenvolvendo competências informacionais entre públicos diversos.

A desinformação climática não é um fenômeno menor ou secundário. Pesquisas recentes demonstram que constitui "indústria" estruturada e financiada, alimentada por narrativas que oscilam entre o questionamento da realidade das mudanças climáticas e o descrédito de soluções propostas (Desinformante, 2024). O "novo negacionismo climático" caracteriza-se por estratégias sofisticadas que não negam necessariamente a existência do fenômeno, mas argumentam que seus impactos seriam inofensivos ou benéficos, que soluções tecnológicas falham, ou que a pesquisa científica carece de credibilidade, conforme Farias (2025). Estudos sobre vídeos no YouTube identificaram que o "novo negacionismo" representava 70% de todo o discurso negacionista em 2023, com crescimento de 35% em relação a 2018 (Desinformante, 2024).

Essa desinformação estruturada manifesta-se em três categorias analíticas, segundo Mendy, Karlsson e Lindval (2024): negacionismo literal (refuta completamente a existência do aquecimento global), negacionismo interpretativo (aceita o fenômeno, mas questiona sua magnitude ou origem antropogênica) e negacionismo implicatório (reconhece a realidade, mas nega responsabilidade ou viabilidade de ação). Farias (2025) afirma que, atualmente, as duas últimas formas predominam, exigindo combate não apenas ao questionamento dos fatos, mas ao descrédito de soluções.

Nesse contexto, a integridade da informação torna-se direito humano fundamental. Na COP30, em novembro de 2025, foi lançada pela primeira vez na história das conferências climáticas internacionais a "Declaração sobre a Integridade da Informação sobre Mudanças Climáticas", reconhecendo que a desinformação atrasa nossa reação e tira do trilho nosso enfrentamento aos problemas da crise climática (Brant, 2025). O Brasil, liderando essa iniciativa com apoio da ONU e da UNESCO, evidencia como a desinformação compromete a mobilização social e a ação política (COP30, 2025).

As bibliotecas posicionam-se como instituições privilegiadas para enfrentar esse desafio. A IFLA reafirma que profissionais da informação devem desenvolver as atitudes e competências da população em geral para valorizar a informação precisa e ser capaz de a identificar (IFLA, 2025). Programas de literacia climática mediados por bibliotecários constituem contraponto necessário ao negacionismo, cultivando pensamento crítico e capacidade de avaliação de credibilidade de fontes, de acordo com Moraes (2024). Bibliotecas escolares, universitárias e públicas tornam-se espaços onde públicos distintos acessam relatórios do IPCC, dados sobre mudanças climáticas e análises críticas, recebendo orientação especializada para navegar nas complexas fontes de informação.

Além do acesso, a Ação para o Empoderamento Climático (ACE) emerge como conceito vinculado à literacia. A ACE objetiva capacitar para envolvimento em políticas e ações climáticas, através da educação, treinamento, conscientização e participação pública (IFLA, 2025). As bibliotecas operacionalizam esses objetivos mediante coleções atualizadas sobre questões ambientais, programas educativos, espaços para diálogo comunitário e acesso a ferramentas de engajamento político.

3.2 CONTRIBUIÇÃO PARA GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL E A AGENDA 2030

O alinhamento entre as bibliotecas e a Agenda 2030 revela-se estrutural. O ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) encontra apoio estratégico de bibliotecas mediante seis elementos, conforme documentação da IFLA: educação, treinamento, conscientização, participação pública, acesso público à informação e cooperação internacional (IFLA, 2024). Para além desse foco climático específico, as bibliotecas exercem função transversal que facilita múltiplos objetivos interdependentes:

ODS 4 (Educação de Qualidade): Bibliotecas apoiam a educação na primeira infância, oferecem recursos de pesquisa para estudantes, promovem acesso equitativo à informação e funcionam como instrumentos de democratização e libertação intelectual, como disse Camões (2017). Em contextos de desigualdade, bibliotecas escolares constituem garantia de acesso ao conhecimento para populações economicamente vulneráveis.

ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável): Bibliotecas fornecem dados agrícolas, informações meteorológicas, preços de mercado e conhecimentos sobre técnicas sustentáveis, permitindo que pequenos produtores tornem cultivos mais produtivos e sustentáveis (UNESP, 2023).

ODS 5 (Igualdade de Gênero): Bibliotecas promovem acesso informacional equitativo a programas de empoderamento feminino.

Apesar desse potencial, as bibliotecas enfrentam invisibilidade institucional crítica em políticas públicas. O Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA) de São Paulo, por exemplo, menciona "bibliotecas" apenas oito vezes em documento extenso, sinalizando sub-representação severa apesar do potencial transformador dessas instituições (Silva, 2025). Mais preocupante é a ausência do Brasil no *Library Map of the World* da IFLA, plataforma que registra ações bibliotecárias alinhadas aos ODS. Essa ausência impossibilita o mapeamento e o acompanhamento das ações nacionais no cenário internacional, enfraquecendo o poder de *advocacy* do setor, mesmo havendo bons exemplos de ações no país, como defendem Gama *et al.* (2023).

Essa invisibilidade contrasta drasticamente com as capacidades demonstradas. Estudos de caso em bibliotecas brasileiras (como a Biblioteca de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Ceará) documentam a implementação bem-sucedida de Planos de Ação Sustentável que integram gestão de água, energia e resíduos, alinhando operações internas com compromissos climáticos externos (Siqueira *et al.*, 2025).

3.3 O FOCO REGIONAL: BIBLIOTECAS NA AMAZÔNIA E CONTEXTO DA COP30

A Amazônia constitui laboratório crítico para compreender o papel de bibliotecas em contextos de vulnerabilidade climática extrema e injustiça socioambiental. Literatura sobre projetos como o *LatinoAdapta* identifica que a maior deficiência se refere aos impactos local-regional. As bibliotecas poderiam emergir como instituições mediadoras naturais nesse processo, traduzindo a ciência para contextos locais e facilitando a retroalimentação de comunidades para o processo científico (Latinoadapta, 2019).

Nascimento (2017) afirma que as comunidades ribeirinhas da Amazônia Central enfrentam impactos severos de eventos hidrológicos extremos, como enchentes e vazantes de magnitude crescente, que comprometem infraestrutura, segurança alimentar, saúde e atividades socioeconômicas. Os eventos de 2023 e 2024 intensificaram essa vulnerabilidade, exigindo respostas integradas que combinem tecnologia inovadora, conhecimento tradicional e apoio comunitário. (CASA, 2025).

Assim, a biblioteca pública transcende sua função tradicional, assumindo papel de Centro de Resiliência Comunitária. Sua função não se reduz a incentivo à leitura, mas estende-se à facilitação do desenvolvimento social, preservação da memória local, manutenção da identidade cultural e, fundamentalmente, desenvolvimento de estratégias adaptativas frente a alterações ambientais percebidas pelo conhecimento comunitário (Silva, 2024). A biblioteca torna-se infraestrutura social que sustenta coesão comunitária em momentos de crise, oferecendo espaço seguro, acesso a informação sobre adaptação e facilitação de diálogo coletivo.

A preservação do conhecimento tradicional assume importância crítica para a biodiversidade amazônica. O conhecimento tradicional é validado cientificamente como método eficiente para estimar a abundância de espécies na Amazônia e para orientar manejo adaptativo de recursos (Mamirauá, 2020). Instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) promovem explicitamente integração entre ciência, território e identidade cultural, valorizando os saberes tradicionais e a biodiversidade brasileira (INPA, 2025). A biblioteca emerge, então, como ponte informacional crítica que conecta validação científica com prática comunitária adaptativa, garantindo que conhecimentos locais sejam documentados, organizados e acessíveis.

Iniciativas como a da Organização Não Governamental Vaga Lume, que opera há mais de vinte anos na Amazônia Legal com 97 bibliotecas ativas em 23 municípios, demonstram esse potencial. A organização intensificou ações durante a COP30 ligando literatura, identidade e meio ambiente, incluindo a inauguração de uma biblioteca conceito em Belém que materializa essa integração (PublishNews, 2025). Conforme a Câmara Brasileira do Livro (2025), essas instituições funcionam como pontes entre conhecimento e clima, promovendo acesso ao conhecimento, fortalecendo o pensamento crítico e sustentando a capacidade da sociedade de dialogar e construir soluções coletivas.

A perspectiva de cooperação Pan-Amazônica reforça o papel das instituições informacionais. A Declaração de Belém (2023) consolidou 113 compromissos para evitar o ponto de não retorno da floresta, incluindo eixos temáticos explícitos sobre ciência, educação e inovação. (Plataforma Cipó, 2025). Assim, vemos as bibliotecas como instituições de interface entre comunidade, ciência e política e atuando como agentes naturais para implementação desses compromissos regionais.

3.4 O PARADIGMA EMERGENTE DAS BIBLIOTECAS VERDES E SUSTENTABILIDADE OPERACIONAL

O conceito de Bibliotecas Verdes (Green Libraries) representa evolução paradigmática fundamental: reconhece que coerência institucional exige alinhamento entre missão educativa externa e gestão operacional interna (IFLA, 2025). Uma biblioteca não pode legitimamente

promover educação ambiental se suas operações contradizem esse compromisso mediante desperdício de recursos ou negligência ambiental.

O movimento de bibliotecas verdes ganhou impulso institucional acelerado com o lançamento, em outubro de 2023, do Manifesto de Bibliotecas Verdes durante a Semana das Bibliotecas Verdes, desenvolvido como resposta às demandas da COP26 e integrado ao programa britânico *Green Libraries Partnership* (RBE, 2025). O manifesto consolida diretrizes práticas e filosóficas que orientam a transformação institucional.

A sustentabilidade operacional concretiza-se mediante gestão eficiente de recursos naturais: racionalização de consumo de água e energia, gestão responsável de resíduos, seleção de materiais ecologicamente viáveis, e compromisso com infraestrutura sustentável. Instituições de ensino superior assumem responsabilidade particular, articulando gestão, ensino e pesquisa como ferramentas para cultura sustentável (Siqueira *et al.*, 2025). Para esses autores, a Biblioteca de Ciências da Saúde da UFC exemplifica essa abordagem: implementou o Plano de Ação Sustentável focado em Infraestrutura Sustentável com ações específicas para uso racional de Água e efluentes, Energia e Resíduos.

Inovação operacional relevante emerge no conceito de Biblioteca das Coisas (Library of Things), prática que fomenta economia circular mediante empréstimo de itens não-bibliográficos (ferramentas, equipamentos, eletrônicos) como complemento aos serviços informacionais tradicionais (Vasconcelos; Ferreira, 2024). Essa abordagem reduz a demanda por novos produtos, minimiza consumo predatório e alinha bibliotecas com princípios de economia colaborativa e circular. Estudos de implantação em universidades brasileiras (como a Universidade Federal do Paraná) revelam grande aceitação do serviço entre usuários, com solicitações de inclusão de itens adicionais não previstos inicialmente (UFPR, 2022). O conceito alia sustentabilidade com engajamento comunitário, transformando bibliotecas em espaços de compartilhamento de recursos fundamentais para construir uma sociedade equitativa (IFLA Trend Report, 2025).

4 CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS

A análise empreendida ao longo deste artigo valida de forma conclusiva e substanciada sua tese fundadora: as Bibliotecas são um pilar estratégico para a Ação Climática Global. Essa validação não repousa em argumentação normativa, sonhadora, militante ou romântica, mas na revisão narrativa de literatura que demonstra, em quatro frentes complementares e profundamente interdependentes, como as bibliotecas operam enquanto agentes ativos e transformadores, transcendendo radicalmente seu imaginário histórico de repositórios passivos.

A primeira frente consolida-se no papel de bibliotecas como educadores críticos de literacia climática. Em contexto de "indústria de desinformação" estruturada financeiramente e sofisticada em suas estratégias narrativas, bibliotecas oferecem contraponto fundamental que nenhuma outra instituição consegue replicar com a mesma legitimidade. Garantem acesso a fontes científicas confiáveis, relatórios do IPCC (2023), bases de dados de pesquisa sobre mudanças climáticas, análises críticas de políticas de adaptação e, criticamente, orientam públicos diversos na avaliação de credibilidade de fontes e na compreensão de fenômenos climáticos de complexidade crescente.

Esse papel adquiriu urgência renovada com a inclusão, pela primeira vez na história de conferências climáticas da ONU, da integridade da informação como agenda central, exemplificada na Declaração sobre Integridade da Informação lançada na COP30 (2025). Reconhece-se, assim, que a desinformação atrasa nossa reação, atrapalha nosso enfrentamento aos problemas da crise climática, e as bibliotecas posicionam-se como instituições privilegiadas para enfrentar esse desafio através da mediação profissional qualificada.

A segunda frente materializa-se no potencial das bibliotecas como catalisadoras de governança climática e operacionalização dos ODS. As bibliotecas traduzem conhecimento

científico complexo em ação pública acessível, funcionando como intermediárias críticas entre produção de conhecimento e tomada de decisão política. Seu alinhamento com o ODS 13 é estrutural, mas sua contribuição transcende esse objetivo específico. Operacionalizam, simultaneamente, múltiplos ODS interdependentes: educação de qualidade (ODS 4), segurança alimentar e agricultura sustentável (ODS 2) e igualdade de gênero (ODS 5). Contudo, essa capacidade permanece largamente invisível nas políticas públicas. Essa lacuna de visibilidade constitui paradoxo crítico: o potencial existe, mas permanece negligenciado por gestores e formuladores de políticas.

A terceira frente consolida-se no papel das bibliotecas como centros de resiliência comunitária regional, particularmente em contextos de vulnerabilidade climática extrema. A Amazônia oferece laboratório paradigmático: comunidades ribeirinhas enfrentam eventos hidrológicos de magnitude crescente que comprometem infraestrutura, segurança alimentar, saúde e atividades socioeconômicas. Nesse cenário, as bibliotecas transcendem sua função tradicional, tornando-se infraestruturas sociais que sustentam coesão comunitária em momentos de crise. Assumem a responsabilidade de facilitar o desenvolvimento social, preservar a memória local e a identidade cultural, e, fundamentalmente, desenvolver estratégias adaptativas fundamentadas no diálogo entre conhecimentos científicos e tradicionais.

Por fim, a quarta frente nos apresenta os os modelos como Bibliotecas Verdes e Bibliotecas das Coisas necessitam de disseminação mais ampla em contextos de países em desenvolvimento e vulnerabilidade climática extrema, com documentação rigorosa de processos de implementação, desafios encontrados, resultados alcançados e perspectivas de escalabilidade. Economia circular é um conceito que deve ser mais estudado e praticado, além de integrado não como iniciativa pontual, mas como princípio orientador de todas as operações bibliotecárias.

Reconhecer essas quatro frentes não é suficiente, contudo. A transformação do potencial em realidade política e social exige ação deliberada e coordenada em múltiplos níveis, cada qual demandando diferentes atores e estratégias. No plano institucional e de *advocacy*, associações nacionais como a FEBAB devem priorizar o registro de ações brasileiras nos ODS no *Library Map of the World* da IFLA, elevando a visibilidade internacional e fortalecendo o poder de *advocacy* do setor frente a organismos multilaterais. Simultaneamente, federações internacionais devem aprofundar engajamento junto a ONU, UNESCO e PNUMA para integração explícita de bibliotecas em instrumentos de política climática internacional. No plano das políticas públicas, as bibliotecas devem ser explicitamente incluídas em Planos de Educação Ambiental, Estratégias de Adaptação Climática e Políticas Municipais de Sustentabilidade, superando a invisibilidade que hoje as caracteriza. Os governos federal, estaduais e municipais devem reconhecer as bibliotecas como infraestruturas críticas para alcance dos ODS, alocando financiamento apropriado para operação e inovação contínua.

O desenvolvimento profissional emerge como dimensão igualmente crítica. Profissionais da informação necessitam de capacitação sistemática para atuarem como mediadores em ciência ambiental, mediadores de conflitos informacionais e facilitadores de literacia climática. Cursos de graduação em Biblioteconomia e de pós-graduação em Ciência da Informação devem integrar conteúdos sobre mudanças climáticas, sustentabilidade operacional e acesso equitativo à informação científica complexa. Essa integração não é cosmética, mas fundamental para que futuras gerações de profissionais da informação compreendam a ação climática como dimensão central de sua prática profissional, não como complemento periférico.

A partir do cenário traçado, identificou-se algumas lacunas significativas e que exigem pesquisas futuras aprofundadas. Faltam estudos que rastreiem como programas de literacia climática promovidos por bibliotecas, assim como correlacionar mediação bibliotecária com engajamento climático comunitário mensurável continua sendo um desafio em aberto.

Além de traduzir ou adaptar a ciência para os níveis de compreensão locais, as bibliotecas podem e devem ser também geradoras de conhecimento. Estudos de caso aprofundados sobre eficácia de modelos operacionais inovadores permanecem escassos, particularmente em contextos de vulnerabilidade climática extrema e desenvolvimento econômico limitado. Com isso, algumas questões emergem: Como as Bibliotecas Verdes implementam-se em instituições com recursos orçamentários limitados? Qual é a dinâmica de adoção de Bibliotecas das Coisas em contextos urbanos precários? Como centros de resiliência comunitária articulam-se em territórios onde a capacidade estatal é fraca? Essas questões carecem de respostas empiricamente fundamentadas. Some-se a isso a percepção de que a integração genuína entre conhecimentos científicos e tradicionais ainda constitui uma lacuna epistêmica sensível, despertando outros questionamentos: Como as bibliotecas operacionalizam um diálogo autêntico entre essas formas de conhecimento, evitando hierarquias epistemológicas que subordinam saberes comunitários a marcos ocidentais? Como bibliotecas em territórios indígenas e comunidades tradicionais podem funcionar como guardiãs e facilitadoras de conhecimento ancestral sem cristalizá-lo e instrumentalizá-lo? Essas perguntas exigem pesquisas interdisciplinares que incorporem perspectivas indígenas e de comunidades tradicionais, frequentemente ausentes de conversações acadêmicas.

Por fim, a desinformação climática em plataformas digitais permanece como tema ainda pouco estudado no contexto bibliotecário. Assim, qual seria a eficácia de intervenções bibliotecárias no combate a narrativas negacionistas no YouTube, TikTok e Twitter? Como as bibliotecas podem operacionalizar mediação de conflitos informacionais em redes sociais onde a desinformação se propaga com velocidade exponencial? Qual é o papel apropriado de profissionais da informação nesse ecossistema digital complexo? Essas questões emergem como críticas conforme a desinformação climática se intensifica e se torna mais sofisticada.

Conclui-se que a Biblioteconomia permanece no limiar de transformação paradigmática. O potencial está documentado e validado empiricamente. Os atores (bibliotecas, bibliotecários, associações profissionais) estão mobilizados, ainda que frequentemente invisibilizados. As ferramentas e modelos inovadores emergem: Bibliotecas Verdes, Bibliotecas das Coisas, centros de resiliência comunitária. Contudo, a lacuna crítica situa-se no nível político e institucional: reconhecimento público, financiamento apropriado e integração em políticas climáticas formais.

O momento histórico, COP30 em Belém, urgência climática intensificada, reconhecimento explícito da integridade da informação como questão climática, constitui oportunidade ímpar para que a Biblioteconomia e os bibliotecários assumam posição central nos esforços globais de ação climática.

Esta conclusão é, simultaneamente, um chamado à ação para gestores, formuladores de políticas públicas e profissionais da informação.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, L. Marcha durante a COP30 reúne cerca de 70 mil pessoas em Belém: veja vídeo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2025. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/11/marcha-durante-a-cop30-reune-cerca-de-70-mil-pessoas-em-belem-veja-video.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRANT, J. **A desinformação reforça o negacionismo e atrasa a ação climática**. *Agência Gov*, 2025. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. Sustentabilidade em cada página: o livro como ponte entre conhecimento e clima. **Publish News**, 2025. Disponível em: <https://publishnews.com.br>. Acesso em: 5 nov. 2025.



CAMARGO JÚNIOR, R. N. C. et al. Revisão integrativa, sistemática e narrativa: aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-15, 2023.

CAMÕES. INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA. **Relatório nacional sobre a implementação dos ODS em Portugal**. Lisboa: Camões, 2017. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FIN_AL_28_06_2017.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

CASA. **Fortalecendo soluções comunitárias frente às mudanças climáticas na Amazônia**. Amazônia Resiliente II. 2025. Disponível em: <https://casa.org.br>. Acesso em: 4 nov. 2025.

COP30. **Integridade da informação sobre mudança do clima**. *Declaração da COP30*, Belém, 2025. Disponível em: <https://cop30.br>. Acesso em: 13 nov. 2025.

DESINFORMANTE. **A nova cara do negacionismo climático no Youtube**. 2024. Disponível em: <https://desinformante.com.br>. Acesso em: 12 nov. 2025.

FARIAS, D. B. L. Ascensão da extrema-direita e do negacionismo científico: o caso do negacionismo climático. **Textos para Discussão CEBRI**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-20, 2025. Disponível em: acesso: <https://cebri.org/revista/br/artigo/170/ascensao-da-extrema-direita-e-do-negacionismo-cientifico-e-climatico>. Acesso em: 17 nov. 2025.

GAMA, D. M. et al. A biblioteconomia e o acesso à informação na Agenda 2030: iniciativas em bibliotecas universitárias da cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO — ENANCIB, 23., 2023, Aracaju. **Anais eletrônicos...** Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxiiienancib/paper/view/1862/1441>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GOULART, A. L. Busca rápida e teoria fundamentada: estratégias complementares para uma revisão bibliográfica. **Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 9, p. 1-23, 2024.

IFLA. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Bibliotecas e o acesso à informação contribuem para o desenvolvimento nacional**. Haia: IFLA, 2024a. (Caixa de ferramentas da IFLA para a Agenda 2030). Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

IFLA. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Green library definition**. Haia: IFLA, 2024b. Disponível em: <https://www.ifla.org/ifla-green-library-definition/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

IFLA. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. Reforçar o papel das bibliotecas. **Blogue RBE**, 2025. Disponível em: <https://blogue.rbe.mec.pt/reforcar-o-papel-das-bibliotecas-3000927>. Acesso em: 15 nov. 2025.

IFLA. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Trend report 2024**. Haia: IFLA, 2025. Disponível em: <https://www.ifla.org/trend-report/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA. **Obras do INPA sobre biodiversidade e saberes tradicionais são finalistas do Prêmio Jabuti Acadêmico**. Manaus, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inpa/pt-br/assuntos/noticias/2025/obras-do-inpa-sobre-biodiversidade-e-saberes-tradicionais-sao-finalistas-do-premio-jabuti-academico>. Acesso em: 15 nov. 2025.

IPCC. PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. *Summary for policymakers*. In: **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva, Switzerland: IPCC, 2023. p. 1-34. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

LATINOADAPTA. **Projeto Latino Adapta**: fortalecendo vínculos entre ciência e política na América Latina. Montevideu: SARAS, 2019. Disponível em: https://macroamb.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/12/Informe-brasil_final.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

MAMIRAUÁ. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Conhecimento tradicional é método eficiente para estimar abundância de espécies na Amazônia**. Tefé, 2020. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/noticias/conhecimento-tradicional-metodo-abundancia-especies-amazonia>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MENDY, Laila; KARLSSON, Mikael; LINDVALL, Daniel. Counteracting climate denial: a systematic review. **Public Understanding of Science**, Thousand Oaks, v. 33, n. 4, p. 504–520, maio 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/09636625231223425>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MORAES, T. H. N. Literacia climática em um ecossistema de desinformação: urgência, desafios e competências essenciais. In: SIMPÓSIO DA ABCIBER, 2024. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ABCIBER, 2024. Disponível em: <https://abciber.org.br/eventos/ojs3/index.php/simposio/article/download/53/45/503>. Acesso em: 15 nov. 2025.

NASCIMENTO, A. C. L. **Resiliência e adaptabilidade dos sistemas socioecológicos ribeirinhos frente a eventos climáticos extremos na Amazônia Central**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6335>. Acesso em: 15 nov. 2025.

PLATAFORMA CIPÓ. **Cooperação regional pela Amazônia é chave para fazer COP30 ir bem**. 2025. Disponível em: <https://plataformacipo.org>. Acesso em: 26 out. 2025.

PUBLISHNEWS. **COP30**: Iniciativas aproximam a Amazônia do mercado editorial. 2025. Disponível em: <https://publishnews.com.br>. Acesso em: 5 nov. 2025.

RBE — REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES. Ação para o empoderamento climático e literacia da informação. **Blogue RBE**, 2025. Disponível em: <https://blogue.rbe.mec.pt>. Acesso em: 15 nov. 2025.

ROTHER, Edna. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007.

SILVA, C. M. **O papel da biblioteca na memória local e adaptação climática na Amazônia**. 2024. Monografia (Especialização em Biblioteconomia) — Universidade Federal do Amazonas, Maués, 2024. Disponível em: https://rii.ufam.edu.br/bitstream/prefix/8864/6/TCC_CleizianeMessias.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

SILVA, H. O. P. **Bibliotecas e ação climática: convergências para a educação ambiental em São Paulo**. JOTA, 2025. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/gestao-politica-sociedade/bibliotecas-e-acao-climatica-convergencias-para-a-educacao-ambiental-em-sao-paulo>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SIQUEIRA, K. C. et al. **Análise de práticas sustentáveis na Biblioteca de Ciências da Saúde (BCS) da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77316>. Acesso em: 15 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto piloto: Biblioteca das coisas**. 2022. Disponível em: <https://bibliotecas.ufpr.br>. Acesso em: 25 out. 2025.

UNESP — UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Como as bibliotecas podem promover a implementação da Agenda 2030**. 2023. Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br>. Acesso em: 15 nov. 2025.

VASCONCELOS, R. G.; FERREIRA, L. R. M. **Bibliotecas das coisas: implantação de boas práticas para transição de uma economia linear a uma economia circular**. 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 17 nov. 2025.